

PORTARIA Nº 1.262, DE 27 DE JUNHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, considerando o que determina o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e as alterações posteriores, e conforme a redação dada pelo Decreto nº 10.562, de 7 de dezembro de 2020, e o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR

VÍVIAN VIEIRA DE SOUZA, para substituir, no período de 18 a 29 de julho de 2022, a Chefe de Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, código DAS 101.5, da Controladoria-Geral da União.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

SECRETARIA EXECUTIVA**CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****PORTARIA Nº 1.270, DE 27 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI, do art. 123, do Anexo I da Portaria CGU nº 3.553, de 12 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019 e, conforme o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR

EDUARDO DOS SANTOS BARCELLOS, Auditor Federal de Finanças e Controle, para substituir o Chefe de Divisão, código FCPE 101.2, da Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul, em seus afastamentos e impedimentos legais e regulamentares.

FABIO SANTIAGO BRAGA

Conselho Nacional do Ministério Público**PORTARIA CNMP-PRESI Nº 203, DE 23 DE JUNHO DE 2022**

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, XX e § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 19.00.4017.0004066/2019-27, resolve:

Art. 1º Prorrogar a requisição do Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios JAIRO BISOL, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 20 de maio de 2022, para atuar como membro auxiliar da Comissão da Saúde, com prejuízo total de suas atribuições na origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA****PORTARIA PGR/MPF Nº 486, DE 24 DE JUNHO DE 2022**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal na 14ª Sessão Ordinária eletrônica, realizada de 13 a 20 de junho de 2022 (PGEA nº 1.00.001.000070/2022-16), resolve:

Autorizar, nos termos do art. 204, § 2º, da Lei Complementar nº 75/93, o afastamento temporário das funções institucionais e do país do Procurador da República CLÁUDIO TERRE DO AMARAL, lotado no 21º Ofício da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, para participar do curso "Wildlife Trafficking and Model Law; Executive Policy and Development Symposium on Transnational Crime", em Gaborone, Botswana, no período de 22 de julho a 6 de agosto de 2022.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 488, DE 23 DE JUNHO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa PGR nº 1.00.000.009884/2022-26, resolve:

Art. 1º O art. 5º da Portaria PGR/MPF nº 825, de 14 de novembro de 2013, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 5º"

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput ao membro representante do Ministério Público da União junto ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça, desde que exerça seu mandato sem prejuízo das suas funções, ainda que parcialmente, e renuncie ao recebimento de diárias para a mesma finalidade perante o respectivo Conselho." (NR)

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 490, DE 23 DE JUNHO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal na 14ª Sessão Ordinária Eletrônica, realizada de 13 a 20 de junho de 2022 (PGEA nº 1.00.001.000101/2021-58), resolve:

Alterar o período de afastamento concedido, por meio da Portaria PGR/MPF nº 354, de 19 de maio de 2022, à Procuradora da República MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO, titular do 31º Ofício da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, de julho de 2022 a julho de 2023 para julho de 2023 a julho de 2024.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 494, DE 24 DE JUNHO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto no art. 96, § 3º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e no art. 32 da Portaria PGR/PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019, e tendo em vista o contido no Ofício PRE/PE-68/2022, de 22 de junho de 2022, da Procuradoria Regional Eleitoral em Pernambuco, bem como no Despacho nº 645/2022 - GAB/PGR, de 9 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Designar os Procuradores Regionais da República ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO, MARIA DO SOCORRO LEITE DE PAIVA e JOSE CARDOSO LOPES para, sem prejuízo de suas atribuições, oficiarem, conjuntamente e sob a coordenação do Procurador Regional Eleitoral, perante o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, como Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares de Propaganda, no período de 1º de julho até a diplomação dos eleitos, a ocorrer em 19 de dezembro de 2022.

Art. 2º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

SECRETARIA-GERAL**PORTARIA SG/MPU Nº 41, DE 23 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria PGR/MPU nº 683, de 26 de setembro de 2013, bem como em consideração à delegação de competência atribuída pelo artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria/SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, em cumprimento à decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1013766-54.2022.4.01.3400 em trâmite perante o Juízo da 21ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, constante do 1.00.000.009289/2022-91, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a PORTARIA SG/MPU nº 28, de 10 de maio de 2022, publicada no Diário oficial da União de 13 de maio de 2022, referente à suspensão dos efeitos da remoção do servidor Paulo Ricardo Lima Motta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 387, DE 27 DE JUNHO DE 2022**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO o teor do Tabularium nº 08191.094968/2022-14, resolve:

Art. 1º Designar a servidora LUCIANA GARCIA BARROS DA COSTA, matrícula 982-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Secretário Executivo da Secretaria de Apoio às Assessorias do PGJ, código CC-04 (52000032).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

SECRETARIA-GERAL**PORTARIA Nº 693, DE 27 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.093848/2022-08, resolve:

Dispensar, a contar de 20/06/2022, a servidora ANNA PAULA BASTOS GEORGO SOARES, matrícula 5638-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Técnico II das Assessorias Especiais da Procuradoria-Geral de Justiça, código FC-03 (50001004).

RENATO LUQUEIZ SALLES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL****PORTARIA SG/MPF Nº 437, DE 14 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo artigo 1º - inciso II, alínea a, da Portaria SG/MPF nº 381, de 06 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II, 35 - inciso I e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00216325/2022, resolve:

1. Exonerar VALDELUCÉ DA COSTA AMARAL, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 18721, do cargo em comissão de Assessora Nível II, CC-2, da Assessoria de Apoio à Coordenação e Revisão Eleitoral, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República.

2. Exonerar JANILENE LIMA DA CUNHA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27006, do cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível I, CC-1, da Assessoria Administrativa, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República.

3. Dispensar ANDRÉ LUIZ DE SOUSA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27900, da função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Assessoria de Apoio à Coordenação e Revisão Eleitoral, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República.

4. Nomear CECILIA GONCALVES BATISTA LAMOUNIER, ocupante do cargo de Analista do MPU/Gestão Pública, matrícula nº 27733, para exercer o cargo em comissão de Assessora Nível II, CC-2, da Assessoria de Apoio à Coordenação e Revisão Eleitoral, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República.

5. Nomear VALDELUCÉ DA COSTA AMARAL, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 18721, para exercer o cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível I, CC-1, da Assessoria Administrativa, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República.

6. Designar JANILENE LIMA DA CUNHA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27006, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Assessoria de Apoio à Coordenação e Revisão Eleitoral, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA SG/MPF Nº 439, DE 23 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo artigo 1º - inciso II, alínea a, da Portaria SG/MPF nº 381, de 6 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos artigos 35 - inciso I e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00238796/2022, resolve:

1. Exonerar ANDRÉ SOLER MALAVAZI, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 27479, do cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-4, de Gabinete de Subprocurador-Geral da República.

2. Designar ANDRÉ SOLER MALAVAZI, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 27479, para exercer a função de confiança de Assistente Nível III, FC-3, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Luciano Mariz Maia, em vaga decorrente da dispensa do referido servidor, ocorrida em 7 de junho de 2022, publicada no DOU de 8 de junho de 2022.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA SG/MPF Nº 452, DE 27 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo artigo 1º - inciso II, alínea a, da Portaria SG/MPF nº 381, de 06 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 -

